Nº 74 FEVEREIRO/09

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

PALESTINA LIVRE!

Solidariedade ao povo palestino.

NESTA EDIÇÃO

Esta edição de *Página 13* é a primeira do ano de 2009. Seu lançamento coincide com o Fórum Social Mundial, realizado em Belém do Pará, região Amazônica (ver artigo de Pere Petit, nas páginas 3, 4 e 5).

O ano de 2009 nasce marcado por duas grandes variáveis: a crise econômica internacional e o declínio da hegemonia norte-americana. Ambos os processos impactam fortemente a América Latina e o Brasil (ver textos de Emir Sader e Jânio Coutinho nas páginas centrais).

Há três desdobramentos possíveis para a crise internacional: um desdobramento conservador, no qual os beneficiários do neoliberalismo estabelecem como será o mundo pós-neoliberal; um desdobramento progressista, no qual os países da periferia capitalista hegemonizam a nova "arquitetura" internacional; e um desdobramento revolucionário, no qual alguns países e regiões do mundo dão início a uma nova tentativa de construir o socialismo.

A natureza destes três desdobramentos dependerá da luta de classes em cada país e da disputa entre os Estados, no terreno internacional. Por motivos óbvios, até mesmo um desfecho progressista é incompatível com o objetivo declarado do presidente Obama: que os Estados Unidos voltem a liderar.

Qualquer que seja o desfecho, estamos diante de uma crise profunda e de longa duração, que certamente será marcada pela radicalização dos conflitos ideológicos, sociais, políticos e militares. O ataque de Israel contra Gaza deve ser visto neste contexto.

Neste contexto, é fundamental reforçar o "bloco" latino-americano e caribenho. O que passa por manter a presença da esquerda nos governos da região, a começar pelo Brasil.

A vitória do PT em 2010 dependerá de vários fatores, entre os quais nosso comportamento frente a crise internacional. É preciso mostrar a natureza da crise, denunciar os neoliberais tupiniquins (tucanos e demos), tomar medidas governamentais em favor dos setores populares, mobilizar as classes trabalhadoras contra a tentativa de nos fazer pagar a conta da crise. Uma medida essencial é demitir Henrique Meirelles, que implementa uma política monetária que não se harmoniza com as medidas anti-cíclicas necessárias para manter o desenvolvimento com políticas sociais.

A vitória do PT em 2010 dependerá, também, da nossa capacidade de fazer uma campanha que polarize o país, a semelhança do que fizemos no segundo turno de 2006. Executaremos melhor esta tarefa se formos capazes de elaborar uma estratégia e um programa que articulem as tarefas do mandato 2011-2014, com nossos objetivos socialistas. Pensamos que uma das chaves disto está na idéia de um "desenvolvimentismo democrático e popular".

Pelos motivos expostos, estamos diante de um período que exigirá muito de todas as forças de esquerda, em particular do PT. Não teremos sucesso, se não houver uma elevação da qualidade organizativa, política e teórica da militância petista. Este é uma das razões que tornam urgente construir a Escola do Partido, bem como justificam a constituição da Escola de Quadros da própria Articulação de Esquerda (ver artigo de Lício Lobo na página 11).

Durante o ano de 2009, destacam-se ainda: os Congressos da CUT e da União Nacional dos Estudantes; o processo de escolha de nossas candidaturas às eleições de 2010 (presidência, governos estaduais, senado, Câmara dos Deputados e Assembléias legislativas); e o PED, onde serão eleitas as novas direções do Partido, em todos os níveis.

Estes temas serão tratados, pela Articulação de Esquerda, em sua 11ª Conferência nacional, marcada para o final de maio deste ano. O passo inicial será a divulgação do "texto-base" desta Conferência, o que faremos logo depois do aniversário de 29 anos de fundação do PT.

*

Página 13 registra seu integral apoio à nota do PT, divulgada no dia 4 de janeiro de 2010, contra o ataque de Israel à Faixa de Gaza. E manifesta seu total espanto com a atitude de um grupo de importantes lideranças, que divulgaram uma carta criticando publicamente a posição do Partido.

Os editores

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores.

Direção Nacional da AE: Adriano Oliveira (RS), Altemir Viana (AM), Angélica Fernandes (SP), Bruno Elias (TO), Beto Aguiar (RS), José Correia Neto(SE), Célio Antonio (SC), Expedito Solaney (PE), Fernando Nascimento (PE), Geraldo Cândido (RJ), Iole Iliada (SP), Ivan Alex (BA),Iriny Lopes (ES),Isaias Dias (SP), Jairo Rocha (MT), Janete da Costa Godinho (SC), Jonas Valente (DF), Larissa Sousa Campos (MG), Laudicéia Schuaba Andrade (ES), Lício Lobo (SP), Mário Cândido de Oliveira (PR), Marcel Frison (RS), Marcelino Gallo (BA), Marcelo Mascarenha (PI), Múcio Magalhães (PE), Pere Petit (PA), Rafael Pops (GO), Rafael Pinto (SP), Rosana Ramos (DF), Rosana Tenroller (RS), Rodrigo César (RJ), Rubens Alves (MS), Saulo Campos (MG), Thalita Coelho (PA), Valter Pomar (SP) vpomar@hotmail.com.

Edição: Valter Pomar **Diagramação**: Cláudio Gonzalez (Mtb 28961) **Secretaria Gráfica**: Edma Valquer **Assinaturas:** Sirlei Augusta Chaves e-mail: chaves.sirlei@gmail.com **Endereço para correspondência:** R. Silveira Martins,147 conj. 11- São Paulo/SP CEP 01019-000

Um novo modelo de desenvolvimento

Foto: Guilherme M

*Pere Petit**

A escolha da capital do Pará para sediar o Fórum Social Mundial não foi, certamente, uma casualidade. Além do interesse em reeditar o Fórum no Brasil, um dos principais motivos foi a crescente preocupação com o aquecimento global e a importância da região amazônica para mitigar seus efeitos, especialmente através da diminuição do desmatamento e das queimadas e o incentivo às políticas de reflorestamento.

Entre os dias 27 de janeiro e 1 de fevereiro de 2009, Belém acolherá o maior número de lideranças dos movimentos sociais e movimento estudantil, militantes socialistas, comunistas, anarquistas e de outras correntes políticas progressistas e de esquerda da sua história. A escolha da capital do Pará para sediar o Fórum Social Mundial não foi, certamente, uma casualidade. Além do interesse em reeditar o Fórum no Brasil, um dos principais motivos foi a crescente preocupação pelas mudanças climáticas provocadas pelo aquecimento global e a importância da região amazônica para mitigar seus efeitos, especialmente através da diminuição do desmatamento e das queimadas e o incentivo às políticas de reflorestamento que contribuiriam para a captura do dióxido de carbono (CO_2) da atmosfera. Recordemos que as queimadas respondem por aproximadamente 70% das emissões brasileiras de gases que provocam o efeito estufa.

Outro fator de destaque para que a capital da Revolução Cabana fosse escolhida sede do FSM, foi a vitória eleitoral de Ana Júlia Carepa (PT), candidata ao governo paraense pela *Frente Popular Muda Pará* (PT, PCdoB, PSB, PTN e PRB), que derrotou a aliança conservadora-neoliberal (PSDB-DEM) que controlou o governo paraense em favor dos interesses do agronegócio, pecuaristas, mineradoras e outros grupos economicamente privilegiados durante 12 longos anos.

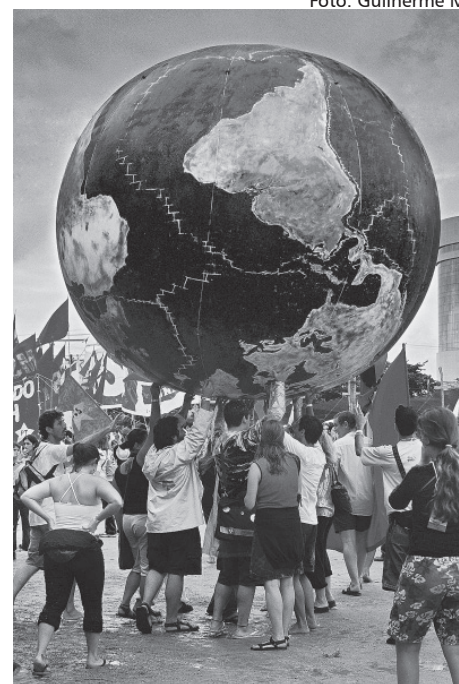
Durante o FSM vamos ter a chance de discutir, entre outros muitos assuntos de interesse para os que combatem o capitalismo e almejam construir uma sociedade socialista, a crise econômico-financeira mundial e as alternativas políticas, culturais e econômicas ao neoliberalismo.

O Fórum-2009 será também um extraordinário cenário para seguir avançando na definição e consolidação de propostas e ações para lograr um novo modelo de desenvolvimento social e econômico para a Amazônia, que privilegie a sustentabilidade ambiental e os interesses sociais e econômicos dos trabalhadores do campo e da cidade e a defesa das populações tradicionais e outros setores populares que habitam nos diferentes espaços geográfico-climáticos nos quais se subdivide a Amazônia Legal (estados da Região Norte, Mato Grosso e oeste do Maranhão).

Desmatamento na Amazônia

Segundo cálculos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), no período de 1970 a 2004 foram desflorestados na Amazônia Legal cerca de 680 mil km^2 (68 milhões de ha.). Dados recentes indicam que a Amazônia já perdeu, no total, 18% da sua cobertura florestal, transformando o Brasil no país que mais desfloresta é o quarto maior emissor de gás carbônico do planeta. No Pará, sobretudo para a criação de gado bovino, e Mato Grosso, para a produção de soja, são os estados que mais contribuíram para esse lamentável recorde.

Os principais responsáveis pelos focos de desmatamento continuam sendo os setores vinculados às atividades do agronegócio (soja, cana-de-açúcar), pecuaristas, grileiros de terras, extratores de madeira (majoritariamente ilegal) e, em menor medida, os camponeses que praticam a tradicional *derruba* e *queima*, geralmente classificados nas atividades da "agricultura familiar".

Nos últimos anos o Brasil se transformou no principal país exportador de carne bovina. Uma terceira parte do rebanho bovino nacional está sendo alimentado na Amazônia (principalmente no sudeste do Pará e no Mato Grosso do Sul), em fazendas que ocupam cerca de 700 mil km² (13,5% da Amazônia Legal). Segundo levantamento realizado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), apenas 5% da carne produzida em áreas de desmatamento da Amazônia é exportada, e dos 95% que ficam no país, quase 70% são enviados ao Sudeste. A Amazônia Legal abastece também 90% do mercado brasileiro de madeiras, 86% da qual é consumida no próprio país, especialmente no Estado de São Paulo, sendo que 55% de toda madeira em tora (legal ou ilegal) que circula pelo Brasil têm origem no Pará.

Conflitos pela terra, assassinatos e trabalho escravo

Até finais dos anos de 1970, a maioria dos conflitos agrários no país se concentravam nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, mas desde inícios de 1980 ate 2008, a maioria dos conflitos ocorreram na Amazônia Legal, sobretudo no Estado do Pará.

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no período de 1985 a 2008 foram registradas mais de

1.500 mortes em conflitos agrários no país, 1/3 das quais ocorreram no Pará. Um dos maiores massacres contra os camponeses ocorridas no Brasil nas últimas décadas aconteceu no município de Eldorado do Carajás (sudeste do Pará), no dia 17 de abril de 1996, quando foram assassinados pela Polícia Militar, no governo do PSDB-PFL, 19 trabalhadores sem terra e 50 ficaram feridos. Recordemos também que até hoje a maioria dos pistoleiros, policiais e mandantes responsáveis por esses assassinatos nunca foram julgados e menos ainda condenados.

Outro dos graves problemas sociais que sofre a região amazônica são as centenas de pessoas que são submetidas anualmente a trabalho escravo nas grandes fazendas. Segundo dados do Ministério da Justiça, no período de 1995 a 2004, foram libertados mais de 15 mil trabalhadores que estavam em situação análoga à escravidão. Após Lula assumir a Presidência da República o governo federal intensificou o combate ao trabalho escravo. Nos dois últimos anos se logrou libertar a 12 mil trabalhadores, a maioria deles escravizados em fazendas situadas na região sudeste do Pará e no Mato Grosso do Sul.

PAC, PAS e as disputas no governo federal entre os "desenvolvimentistas" e os "ambientalistas"

Entre as conquistas do governo Lula para uma Amazônia social e ambientalmente sustentável merece destaque o Plano Nacional de Mudanças do Clima, a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, o incremento das operações de fiscalização do IBAMA, antes e depois da Operação Arco de Fogo, e o aumento de áreas protegidas. Medidas que dificultaram a ação dos grileiros, a extração ilegal de madeira, a produção ilegal de carvão vegetal e o avanço da fronteira agropecuária, e contribuíram, a partir de 2005, na redução da área desmatada na Amazônia.

A meta do Ministério do Meio Ambiente é atingir o chamado desmatamento ilegal, zerar e eliminar a perda da área de cobertura florestal no país até 2015. Nesses mesmos objetivos está inserida a campanha *Um Bilhão de Árvores para a Amazônia,* iniciada pelo governo do Pará no segundo semestre de 2008, destinada a incentivar o reflorestamento, principalmente com árvores nativas, de áreas desmatadas ou degradadas. No período de agosto de 2003 a julho de 2004 foram desmatadas na Amazônia Legal 27,4 mil km^2, no mesmo período de 2007 a 2008, o desmatamento caiu para 12 mil km^2.

Como é público e notório os objetivos da área ambiental do governo federal não são compartilhados por todos os ministros, sobretudo pelos indicados pelo PMDB, especialmente Reinhold Stephanes (Agricultura), defensor no governo dos interesses dos pecuaristas e das empresas do setor do agronegócio, e Edison Lobão (Minas e Energia), nem tampouco pelo "desenvolvimentista esclarecido" Mangabeira Unger (Ministro de Assuntos Estratégicos), que assumiu a coordenação do Programa Amazônia Sustentável (PAS), quando estava previsto que essa responsabilidade seria do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Recordemos que esse foi seguramente o principal motivo ou a gota d'água que provocou a saída do governo da ministra Marina Silva em maio de 2008, ao ser, mais uma vez, criticada por membros do governo, entre eles Lula e Dilma Rousseff, pela sua gestão no MMA, ao considerar que esse Ministério era um dos principais entraves para implementar algumas das metas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para a Amazônia, sobretudo pelos "obstáculos" apresentados na aprovação do licenciamento ambiental para a construção de hidrelétricas e asfaltamento de rodovias federais que cortam a Amazônia, entre elas a Manaus-Porto Velho e a Rio Branco-Manaus.

O asfaltamento dessas rodovias, cuja conclusão favoreceria o incremento do desmatamento no coração da floresta amazônica, é defendido pelo ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, senador que aspira a ser eleito governador do Amazonas em 2010. A construção das novas hidrelétricas também está sendo muito criticada, pelos seus impactos sociais, culturais e ambientais, pela maioria dos movimentos sociais que atuam na Amazônia.

Tampouco existe consenso no governo federal entre os ministérios integrantes do Grupo de Trabalho que discutem as mudanças no Código Florestal, especialmente entre os ministros da Agricultura, Reinhold Stephanes, e do Meio Ambiente, Carlos Minc. O ministro dos ruralistas propõe que seja permitida a derrubada de até 50% da floresta nas propriedades privadas da Amazônia, entretanto o MMA defende que seja mantida a regra que impede a derrubada de árvores em 80% das propriedades.

A neocolonização da Amazônia

Contamos hoje com excelentes estudos que nos ajudam a compreender que a maioria das dificuldades econômicas, sociais, culturais e ambientais que padece a Amazônia foram provocadas pelos modelos de desenvolvimento implementados na região durante os governos militares, os quais não foram substancialmente modificados durante os mandatos na Presidência da República de Sarney, Collor e FHC, e que sempre estiveram orientados a favorecer a concentração de capital, terras e outras riquezas para uma minoria da população através de atividades econômicas ambientalmente insustentáveis destinadas, fundamentalmente, a fornecer matérias-primas e alimentos a outras regiões do Brasil e ao mercado internacional.

O principal problema da Amazônia continua sendo a influência econômica e política dos grupos economicamente dominantes e a atuação na região da maioria das instituições do estado brasileiro, dos bancos públicos e privados e os grandes meios de comunicação de massa, que continuam favorecendo, de maneiras diversas, os interesses dos empresários nacionais e estrangeiros.

São esses setores que mantém a região como fornecedora de matérias-primas, alimentos e energia para as multinacionais, mercado internacional e para as empresas do sudeste do país, enquanto a maioria da população permanece sem o acesso a direitos básicos.

São eles que defendem os interesses das classes dominantes, lutando em nome da "(sua) modernidade", aos direitos dos povos indígenas, quilombolas, extrativistas e ribeirinhos, e se opõem aos incentivos à agricultura familiar e às atividades economicamente sustentáveis, e são contrários a que milhares e milhares de hectares de terra desmatados e as fazendas nas quais se escravizam aos trabalhadores sejam destinadas ao reflorestamento e à reforma agrária.

São os donos do capital e seus aliados que justificam a extração ilegal de madeira da floresta amazônica e criticam a operação Arco de Fogo, e se opõem, em nome dos "interesses nacionais" ou "análises técnicas", que os grandes projetos hidrelétricos e minerais sejam negociados com as populações locais e povos indígenas, e tampouco desejam que os impactos ambientais "atrapalhem" o "nosso (leia-se, seu) desenvolvimento".

São essas classes privilegiadas que se opõem à redução das desigualdades sociais e criticam as políticas públicas destinadas às famílias mais carentes a exemplo o programa bolsa família, e apenas se preocupam das carências do sistema de saúde e do ensino publico no período eleitoral.

Novos rumos para a Amazônia

O Fórum Social Mundial-2009 será uma excelente oportunidade de diálogo entre os setores de esquerda e progressistas do Brasil e do mundo com vistas à superação desse modelo de desenvolvimento conservador e excludente. Para nós, que vivemos na Amazônia, povos da floresta, dos rios e sertões, e que acreditamos que "um outro mundo é possível", este é um momento mais que oportuno para fortalecer um novo bloco histórico que aponte para um modelo de desenvolvimento mais humano e fraterno.

Queremos um modelo de desenvolvimento que concilie eficiência econômica, justiça social e respeito ao meio ambiente e preocupação com o aquecimento global e o futuro da Terra, que seja, portanto, radicalmente diferente do/s modelo/s elitistas ambiental e socialmente insustentáveis que orientaram boa parte das políticas públicas implementadas na Amazônia durante as últimas décadas e ainda mantidos, parcialmente, pelo governo Lula.

Um novo modelo de desenvolvimento econômico, social, científico, tecnológico e cultural no qual as políticas públicas sejam discutidas com os agentes locais, movimentos sociais, representantes da sociedade civil, técnicos e intelectuais, e seja sustentado nos espaços institucionais e na luta social, na perspectiva de construir uma nova hegemonia política no país que dê sustentação à implementação de um novo modelo de desenvolvimento sócio-econômico para a Amazônia. Isto é, uma nova cultura de desenvolvimento para as áreas rurais e também para os centros urbanos da Amazônia Legal nos quais hoje moram quase 70% dos cerca de 25 milhões de pessoas que residem na região. Um novo modelo de desenvolvimento no qual se dê prioridade, entre outras demandas dos setores populares, movimentos sociais e as que foram sendo acumuladas pelos petistas e outros setores de esquerda ou progressistas a partir dos anos 1980, entre elas:

- A titulação das terras indígenas e quilombolas e ampliação das unidades de conservação ambiental e uso sustentável das mesmas pelas populações tradicionais;

- A recuperação para os estados e a União das terras griladas na Amazônia e se desaproprie, para fins de reforma agrária, as fazendas onde exista trabalho escravo e se pratique o desmatamento indiscriminado;

- Se garanta assistência técnica, crédito e infra-estrutura aos assentamentos de reforma agrária e para as outras áreas nas quais se pratica a agricultura familiar; incentivo do uso sustentável dos recursos naturais e o reflorestamento de áreas desmatadas;

-Estímulo a produção pesqueira regional visando à melhoria da renda e condição alimentar com base nutricional das famílias de baixa renda;

- Incentivo ao uso de novas alternativas energéticas e a implantação de indústrias de transformação dos produtos oriundos do uso sustentável da floresta, da sua biodiversidade e da produção familiar sustentável,

- Estímulo a implantação de indústrias de ponta (biominética, biotecnologia, nanotecnologias) ligadas ao uso e conhecimentos ligados à biodiversidade na região. ★

***Pere Petit**, professor da Universidade Federal do Pará e assessor da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA-PA).

O sonho da juventude é a realidade de "um outro mundo possível"

O Acampamento Intercontinental da Juventude foi um espaço construído em 2001, durante o 1º Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, que continua sendo organizado durante as edições do FSM, e é caracterizado como um território livre, no qual jovens de diversos países e diversas identidades políticas e culturais trocam práticas e experiências em torno da construção de "um outro mundo possível".

Mais do que um simples espaço de convergência entre grupos diversificados de juventude, o Acampamento é um espaço que permite uma leitura diversificada do mundo no qual vivemos através de práticas sociais alternativas ao capitalismo vivenciadas em lugares diferentes do mundo.

E essa leitura diversificada de mundo talvez seja um dos grandes legados do AIJ. Os diferentes grupos mantêm sua identidade e posicionamentos, por isso não é produzida uma única síntese dessa experiência. A diversidade, um valor que deve ser totalmente respeitado, dialoga com a luta da juventude, que de alguma forma, em algum lugar do mundo, busca construir um mundo novo. Aprender uns com os outros é uma excelente forma de romper as barreiras ainda impostas aos/as jovens.

Portanto, o Acampamento Intercontinental de Juventude deve ser compreendido por todas/os como um importante espaço de troca de experiências e construção de novas práticas de militância e de protagonismo dos/as jovens, baseadas no respeito à diversidade da juventude e na democracia, e que permita construir ações concretas que nos levem rumo ao outro mundo, que para nós, jovens, é possível.

Thalita Coelho

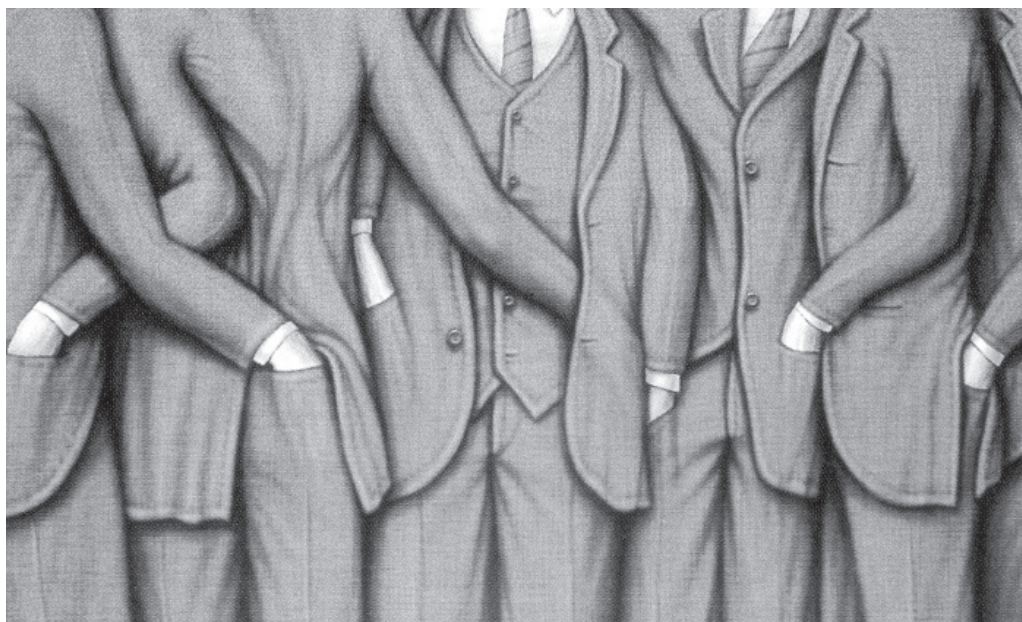
Crise e política: as diferenças persistem

*Jânio Oliveira Coutinho**

Algumas medidas devem ser tomadas, para além de colocarmos a taxa SELIC no seu devido lugar. Uma boa idéia é viabilizar a expansão dos gastos públicos de estados e municípios, com a revisão da dívida de alguns deles, bem como a imediata abertura pelo BNDES de uma linha de crédito para estados e municípios, para viabilizar a expansão dos investimentos públicos.

Diante da crise financeira e seus efeitos incidentes sobre a economia brasileira, além do costumeiro superdimensionamento dos impactos da crise e de uma cobertura que busca omitir as ações que o Governo Federal vem tomando, o que mais chama a atenção é a alternativa apresentada pela oposição demo-tucana e pela mídia interessada em inviabilizar a sucessão do Presidente Lula por um candidato do PT e de seus aliados: cortes de gastos, redução das despesas públicas, proibição de reajustes dos servidores, desregulação, etc...

É, novamente, a turma do "mais do mesmo". Não importa qual seja o problema, a solução é a mesma, sempre. Neste caso, defendem o mesmo programa que quebrou o país 3 vezes, que provocou a crise econômica do Brasil herdada pelo Governo Lula ao tomar posse em 2003, que decuplicou a dívida pública, que resultou na "privataria", este é o "remédio" dos conservadores: contra a crise, medidas que a criaram. Com este "remédio", o risco é devolver um paciente que já tinha saído do hospital, diretamente para o leito da UTI.

As dificuldades de achar um candidato unitário para 2010, a avassaladora aprovação popular do Presidente Lula e de nosso governo, a recente disputa sobre o candidato tucano ao Governo de São Paulo, todos estes elementos, dificultam a ação dos conservadores, que tentam repaginar a cantilena de 2006, o tal "Choque de Gestão". Este pode ser o "Choque" dos batalhões da polícia (de Choque?) da Sra. Ieda espancando trabalhadores sem-terra e professores estaduais nos pampas e a genial idéia da mesma e propalada pelo braço midiático da direita sulista, de que o empréstimo de 1 (hum) bilhão de dólares firmado pela tucana gaúcha serviria para "aliviar a dívida pública" e eu, pobre mortal, pensando que novos empréstimos sempre fizessem as dívidas preexistentes crescer fiquei "chocado", com essa novidade genial. Pode também ser o "Choque" que tomaram todos com o mega-congelamento dos orçamentos do Governo paulista e da Prefeitura paulistana, obra inventiva da dupla Serra-Kassab, em um momento em que o gasto público tem vital importância para manter a economia ativa. Da mesma forma, maravilhoso "Choque de Gestão" mineiro com o novo "midas" dos conservadores, o tal Sr. Anatasia que, segundo dizem, onde toca vira ouro (de tolo?), acobertado o seu desmonte

da máquina pública mineira, por um silêncio ensurdecedor da mídia local, que já ultrapassou as fronteiras das Minas Gerais.

Para solucionar os impactos da crise e aprofundar as mudanças em curso no Brasil, ao contrário do que têm defendido os demotucanos temos que ampliar a capacidade de investimento público. Na política e na prática, precisamos evidenciar as diferenças entre nosso campo e o bloco conservador. É possível dizer que não existe nada mais gerencial do que o CADúnico, ferramenta fundamental de gestão das políticas sociais de nosso Governo que tem ajudado gestores municipais e estaduais no Brasil inteiro. Assim, podemos dizer em alto e bom som: Choque de Gestão é CADúnico! É saber onde está a pobreza e onde estão os pobres e ali concentrar as políticas públicas. O Governo Lula inverteu radicalmente o hábito de associar efetividade gerencial com controle de despesa, quando efetivou o CADúnico, implodiu a teia de assistencialismo existente para, tijolo por tijolo, estarmos construindo o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tarefa longa, mais de vital importância para efetivar um mecanismo público, sistemático e orgânico de enfrentamento às nossas mazelas sociais.

A nossa alternativa para 2010, para além de reeleger o sucessor de Lula, deve ser aprofundar e radicalizar as mudanças que estamos operando. O futuro é para nós a esperança de começar a ver os impactos do PAC perenizados sobre a infra-estrutura do país e viabilizar um ciclo de crescimento econômico mais longo e mais potente que o verificado até aqui, é completar a travessia do assistencialismo do passado para, de 2011 a 2014, concluir a efetivação do SUAS, é regulamentar e efetivar a Emenda 29 ampliando os recursos para a saúde pública, é universalizar a pré-escola e o ensino técnico-profissionalizante, é fazer a Reforma Agrária andar em maior velocidade, é equalizar os investimentos SUS/SUAS na proporção 3/1 ampliando para 5% (cinco porcento) das receitas oriundas de impostos a disponibilidade orçamentária da assistência social, é fazer as reformas agrária e agrícola, é fazer mais e fazer melhor.

Para isso, neste momento delicado, também devemos cuidar de não errar e evidenciar, com clareza, as diferenças que nos separam do tucanato, em especial, para não incorrer em erros que podem por em risco o nosso caminho para 2010. Agora é o momento de mostrarmos, mais uma vez, que as opções que nos fizeram chegar até aqui nada tem de semelhantes ao liberalismo demotucano. Precisamos também fazer nossos ajustes.

É preciso ter clareza: a taxa Selic onde está não atende a necessidade de minimizar os impactos da crise sobre a nossa economia. Da mesma forma, é preciso registrar categoricamente que o tal caráter "técnico" das decisões do COPOM, foi para as calendas gregas depois da última reunião que manteve a taxa SELIC no patamar atual. Inexistem quaisquer argumentos técnicos que sustentem este número. É pura ideologia, diga-se de passagem, da pior qualidade. E dizemos mais, o COPOM já tinha errado antes mesmo da crise, quando no momento da elevação dos preços das comodities, insistiram em elevar os juros, para supostamente combater o crescimento da inflação, utilizando um mecanismo de contenção de demanda absolutamente inócuo para aquele momento.

Algumas medidas, para além de colocarmos a taxa SELIC no seu devido lugar, devem ser tomadas. Uma boa idéia é viabilizar expansão dos gastos públicos de estados e municípios com a revisão da dívida de alguns deles, bem como, com a imediata abertura pelo BNDES de uma linha de crédito para Estados e Municípios para viabilizar investimentos em infra-estrutura urbana, transporte público de massa e a construção, ampliação e/ou recuperação da rede física de equipamentos públicos (Hospitais, Postos de saúde, Escolas, Universidades estaduais, CRAS, CREAS, etc.) contando para isso com a colaboração da Secretaria do Tesouro Nacional na regulação deste crédito novo para as Unidades da Federação, em patamares mais flexíveis do que os previstos no Programa de Reestruturação da Dívida Pública, do Governo FHC.

Agora que o Estado é chamado a socorrer a crise que os neoliberais criaram, precisamos relembrar que sem poder elevar impostos e com atividade econômica em desaceleração, para ampliar como precisamos a margem de intervenção do Estado, o endividamento público (de Estados e municípios), desde que corretamente regulado é, com certeza, uma alvanca importante. O rigor fiscal preexistente, agora é inútil. Os dogmas dos neoliberais não nos servem e as medidas para enfrentar os efeitos da crise devem permitir a manutenção do crescimento em patamares relevantes. Manter o crescimento econômico em um patamar superior é também uma chance de fazer crescer a participação brasileira em relação à economia global, ganho que ficará após o fim da crise. Esta é uma chance que não podemos perder. ★

***Jânio Oliveira Coutinho** é membro do Diretório municipal do PT de Salvador (BA)

INTERNACIONAL

2009: o destino da América Latina nas mãos da América Latina

Emir Sader

Embora condicionada por dois novos fatores externos – a recessão econômica e o novo governo dos EUA – a evolução da América Latina depende, sobre tudo, das suas próprias formas de reagir à crise e, principalmente, se o fizer fortalecendo os processos de integração regional e a construção de alternativas ao neoliberalismo.

2009 será, para a América Latina, assim como para o mundo inteiro, dominado pelos efeitos da crise econômica internacional. Desta vez nascida no centro do capitalismo, terá efeitos diferenciados nos países do continente, conforme a capacidade de resistência de cada país, o que, por sua vez, está diretamente vinculada às políticas adotadas por cada país nos anos de crescimento, prévios á crise.

Ao mesmo tempo, uma série de eleições podem consolidar e até mesmo estender o quadro político dominado por governos progressistas ou afetá-lo em direções novas. Bolívia, Equador, El Salvador, Chile, Panamá, Honduras, Uruguai – terão eleições presidenciais, enquanto Argentina, México, terão eleições parlamentares, e a Venezuela terá consulta de reforma constitucional. Provavelmente Evo Morales, Rafael Correa, Hugo Chavez, sairão vitoriosos dos testes eleitorais, enquanto a lista de governos progressistas deve se estender com a provável vitória da Frente Farabundo Marti em El Salvador. As eleições no Uruguai e no Chile têm um quadro mais aberto, no caso uruguaio mais pela disputa interna na Frente Ampla sobre quem será o candidato presidencial e suas possibilidades de unificar a Frente e conseguir granjear o apoio que tem o governo de Tabaré Vasquez. No caso chileno, a direita neopinochetista aparece como favorita, mas a decisão de voltar a ter um candidato democrata-cristão pode angariar votos do centro de dar um novo mandato à debilitada aliança com os socialistas, embora com um tom ainda mais moderado, caso cheguem a manter-se no governo.

As eleições parlamentares serão um teste para a capacidade do governo Kirchner de se recuperar do enfraquecimento sofrido com a crise agrária do primeiro ano do governo de Cristina. De qualquer forma, como nos outros países da região, as alternativas se situam à direita no espectro político, sem que nenhuma força mais radical tenha crescido. No México, o PRI deve capitalizar o enfraquecido governo de Calderón, diante da crise interna do PRD.

No seu conjunto, a crise não chegará a afetar os resultados eleitorais da esquerda, ainda que o apoio interno de governos que fundamentaram sua legitimidade em políticas sociais, pode diminuir.

A crise recessiva chega à América Latina interrompendo anos de expansão econômica, com alguns países em melhores condições para enfrentar seus efeitos, por ter participado dos processos de integração regional, ter intensificado o comercio regional, ter diversificado seus mercados externos e ter desenvolvido significativamente seus mercados internos. Nesta situação estão Argentina, Brasil, Bolívia, Equador, Uruguai, Venezuela. No outro pólo estão os que centraram suas políticas no livre comércio e em relações privilegiadas com os mercados do norte do mundo – de que o México é o caso paradigmático, tornando-se a principal vítima da crise induzida do norte para o sul do mundo.

Pode-se prever efeitos relativamente diferenciados dentro de cada grupo. A direita aposta na recessão e, com ela, no retorno dos seus temas preferidos – ajuste fiscal, aumento do desemprego, etc. Os países que dependem mais das exportações e dos preços das commodities tenderão a sofrer impactos maiores – como é o caso das exportações de petróleo, de gás, de soja -, no entanto, vale para todos a necessidade de intensificar o poder aquisitivo do mercado interno, como substituto relativo, tendo que enfrentar o desafio de não impor políticas restritivas no plano salarial e do nível de emprego, que só aumentariam o efeito da crise internacional.

Porém, a variável central sobre a evolução da situação latinoamericana está na capacidade de avanços conjuntos dos governos a partir dos processos de integração. Atualmente as respostas tem se dado de forma separada – Brasil, Argentina, Uruguai, cada um com sua reação, a Alba, por outro. A proposta do Banco do Sul, por exemplo, que deveria ser substancialmente fortalecida, junto com seu desdobramento natural – a moeda única -, ao invés de estar entre as preocupações centrais, não tem avançado na conjuntura atual. Falta uma grande reunião da Unausul sobre a crise e as respostas conjuntas da região a ela, para que a crise seja, mais do que risco, oportunidade aproveitada para avançar na superação do esgotado modelo neoliberal. ★

Entrevista com Ivo Ferreira, vereador em Monte Alegre, Pará

*Marcelo Martins**

Nascido na Vila Mulata, município de Monte Alegre no oeste do estado do Pará, é descendente de nordestinos que vieram para Amazônia, para tentar a vida, é o quinto filho de oito irmãos. Estudou na escola Agrotécnica Federal de Castanhal, onde foi presidente da cooperativa escolar, foi presidente da ASPALMA (Associação dos Servidores do Grupo Agropalma), é servidor público da EMATER, presidente do PT de Monte Alegre, e vereador eleito em 2008.

Quais os principais desafios do mandato?

Em primeiro lugar o nosso mandato terá a marca de uma mandato coletivo, ou seja, as prioridades e a atuação serão definidos coletivamente com todos os setores que o apóiam. Hoje os mandados parlamentares de esquerda estão muito centrados na pessoa do vereador, que acaba definindo isoladamente a condução da política e a atuação parlamentar acaba por se distanciar bastante da sua base social apoiadora e deixando de ser um instrumento a serviço dos setores sociais que mais precisam. Por outro lado, priorizaremos a fiscalização das ações do executivo para garantir que chegue à sociedade os serviços que ela necessita e tem seus direitos garantidos por lei tais como: educação, saúde e saneamento básico. Por último, compreendemos que a atuação parlamentar deve ser propositiva e dessa maneira buscaremos elaborar projetos e leis que venham ao encontro do desenvolvimento sustentável da nossa população rural, principalmente às famílias de pequenos agricultores, buscando para isso a interlocução com a prefeitura e junto ao governo do estado, com a companheira Ana Júlia, e os órgão do governo federal garantir investimentos em programas e projetos voltados para o desenvolvimento social-econômica e ambientalmente sustentável. Um dos exemplos que poderíamos citar é o **Projeto Piscicultura Familiar**, que garantiria uma alternativa de trabalho e renda aos pequenos produtores rurais tanto quanto àquelas famílias em situação de risco alimentar, o que por outro garantiria a produção de alimentos de alto teor nutritivo a baixo custo e, dessa maneira, contribuindo para o fortalecimento da produção familiar e para o desenvolvimento o nosso município.

Foto: N@zo

Monte Alegre, Pará

Quais as suas expectativas, como vereador e presidente do PT para 2009?

O PT enquanto o maior partido do Brasil e que dirige o país deve estar engajado e unido em garantir que nesses dois últimos anos do nosso governo haja mudanças estruturais que possam avançar mais ainda as conquistas que tivemos ao longo dos últimos 6 anos, o que significa dizer por exemplo uma queda mais significativa na política dos juros, garantia de ampliação dos investimento nas áreas de educação e saúde, bem como para a Amazônia esperamos que se concretize de fato uma grande virada rumo ao desenvolvimento sócio-econômico e ambientalmente sustentável da região, o que significa dizer que é necessário internalizar a imensa riqueza produzida na região, significa garantir que os Estados da Amazônia e a sua população possam decidir os rumos da sua região de maneira mais efetiva do que vem ocorrendo ao longo dos últimos 40 anos é, sem dúvida, um dos objetivos primordiais a ser alcançado.

No contexto atual de crise internacional do capital, realizar-se-á este mês em Belém do Pará a oitava versão do Fórum Social Mundial, e diferente dos demais fóruns será a primeira vez que o mesmo terá um dia específico para discutir a região em que o mesmo é realizado. Dessa forma, de que maneira o FSM poderá influenciar positivamente na constituição de novos rumos para a Amazônia?

Com relação à Amazônia vemos que nossa autonomia e autodeterminação devem ser bandeiras de luta a serem defendidas no FSM, afinal é de conhecimento de todos o saque que a região vem sofrendo ao longo dos anos e o tratamento colonial dispensados a ela, tanto pelo grande capital internacional quanto pelo nacional...

Compreendo o FSM como um encontro entre povos para troca de experiência, crítica ao capitalismo e ao imperialismo e fundamentalmente um espaço onde a solidariedade e a construção de alternativas ao sistema dominante serão debatidas em busca de um mundo mais justo, livre e igualitário.

Com relação à Amazônia vemos que nossa autonomia e autodeterminação devem ser bandeiras de luta a serem defendidas no FSM, afinal é de conhecimento de todos o saque que a região vem sofrendo ao longo dos anos e o tratamento colonial dispensados a ela, tanto pelo grande capital internacional quanto pelo nacional, o que fez com que apesar da enorme riqueza que possuímos crescêssemos qual rabo de cavalo, para baixo, deixando a maioria do nosso povo na miséria. Nesse sentido, entendemos que os amazônidas devem ser ouvidos e respeitados e acreditamos que através da solidariedade nacional e internacional muita coisa pode mudar, principalmente no que concerne a questão do desenvolvimento auto-sustentado e de alternativas que garantam nossa diversidade natural e cultural para as futuras gerações.

Aproveitamos ainda o espaço para manifestar nosso repúdio aos ataques bárbaros e a invasão à Faixa de Gaza pelo Estado de Israel e, dessa maneira, nos solidarizamos ao povo palestino exigindo o fim da invasão militar e do bloqueio ambos injustificáveis. ★

***Marcelo Martins** é membro da direção estadual da AE-PA

Ary Vanazzi e Ana Affonso, novas lideranças do PT gaúcho

Adriano Pires*

Foram empossados no dia 1° de janeiro deste ano, em São Leopoldo, o prefeito Ary Vanazzi (PT/AE) e o vice Alexandre Roso (PSB), os vereadores eleitos e secretários do segundo mandato da Frente Popular.

O companheiro Vanazzi foi reeleito com o maior percentual de votação do PT no Rio Grande do Sul com 77,4% e 89.158 votos. Isso significou um rompimento histórico na cidade que até 2004 era dirigida por uma elite corrupta e violenta. Desde a fundação do PT na década de 80, da oposição sindical metalúrgica que ajudou na formação da CUT, das lutas pelos diques de contenção das cheias do Rio dos Sinos, o PT e os partidos aliados vem apresentando uma projeto alternativo para São Leopoldo.

Para o novo governo está projetado mais um Distrito Industrial, mais um hospital, a construção de um porto, do Centro Administrativo, a quarta ponte, o Congresso da Cidade e, além disso, a consolidação das ações do PAC, da extensão do metrô para Novo Hamburgo, do Consórcio de Saneamento Pró-sinos, das políticas sociais e tantos outros projetos.

O Governo Lula e as experiências da Prefeitura de São Leopoldo ajudaram nas vitórias do PT na região e isto consolidou o companheiro Ary Vanazzi como uma das lideranças mais importantes do PT gaúcho, inclusive para contribuir na retomada do Governo do Estado.

Foto: Ricardo Fuchs

Ana Affonso, "brasileira desde o útero", discursa ao lado de Vanazzi

Neste dia, com o auditório da UNISINOS lotado e repleto de expectativas da população leopoldense, a vereadora mais votada da cidade com 3.976 votos, a companheira Ana Affonso (PT/AE) coordenou toda a Sessão Solene de Posse e foi eleita, por unanimidade dos treze vereadores, para a presidência da Câmara neste ano de 2009.

No seu discurso, projetou tanto para o executivo como para o legislativo, uma relação de autonomia e sintonia com os programas estratégicos da cidade, sempre buscando o envolvimento das comunidades nos debates e na aprovação dos projetos na Câmara de Vereadores.

A eleição de 2008, apesar de ser marcada pela tentativa de impugnação da candidatura da vereadora Ana pela Justiça Eleitoral, devido o questionamento da sua documentação de opção de nacionalidade, Ana Affonso saiu deste processo consolidada como uma nova liderança do PT na cidade e no estado.

Também assumiu na Câmara de Vereadores a companheira Dolores da AE, oriunda dos movimentos populares urbanos, o PT contará com um mandato voltado para os interesses dos leopoldenses mais empobrecidos. ★

***Adriano Pires** é membro da Executiva Municipal do PT/São Leopoldo

Arquivo

Paraná discute candidatura a deputado estadual

Atendendo a solicitação da direção nacional, vários estados aceleraram a discussão sobre as pré-candidaturas a deputado estadual e federal em 2010. No Paraná, o nome em discussão é de Mário Cândido de Oliveira (foto), como pré-candidato a deputado estadual. Aos 45 anos, natural de Curitiba, Mário Candido de Oliveira é trabalhador do Poder Judiciário do estado do Paraná; fundador do Sindijus-PR, Sindicato do Judiciário Paranaense e primeiro Secretário Geral no ano de1998; ex-tesoureiro do Fórum das Entidades Sindicais do Paraná; atual Secretário Geral do Sindijus, reeleito para o triênio 2009/2012; ex-presidente da Associação dos Oficiais de Justiça do Estado do Paraná por duas gestões. Militante filiado ao PT desde 1989, Mário Candido é bacharel em direito. Seu trabalho de conclusão de curso trata da Função Social da Propriedade. Membro da Direção Nacional da AE. Nunca foi candidato.

Reflexões sobre o crime organizado

*Iriny Lopes**

Se Ewerton Montenegro estivesse vivo talvez constatasse com imensa tristeza o que já previa: que muito pouco mudou no Espírito Santo e não se alterará até que a Polícia Federal e o Ministério Público Federal mergulhem fundo nesse emaranhado criminoso que tomou conta das instituições capixabas.

O jornalista e advogado Ewerton Montenegro fundamentou com sua investigação persistente casos que hoje ainda vêem à tona no Espírito Santo. Foi um dos primeiro a denunciar o Esquadrão da Morte no Estado, lá nos idos de 60, e registrá-lo em livro 'A Chancela do crime: a verdadeira história do esquadrão da morte', publicado em 1978. Um homem que fez da luta contra o crime organizado o motivo de sua vida. Foi assistente de acusação das vítimas assassinadas pela Scuderie Le Cocq, ligou-se aos movimentos sociais que se reuniram no Fórum Reage Espírito Santo. E com a união desses movimentos o governo federal decidiu enviar uma missão especial ao estado para investigar a criminalidade organizada em todos os poderes.

Ewerton não viveu para ver o resultado de seu esforço. Morreu em 22 de maio de 2002, no início da missão especial, mas praticamente todos os esquemas de corrupção denunciados no Executivo, Legislativo e Judiciário tiveram a mão do advogado e seus valiosos arquivos.

E se estivesse vivo conseguiria enumerar as ligações de muitos personagens que andam figurando na mídia atual.

A liberdade do coronel Walter Gomes Ferreira, justamente nos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (em 10 de dezembro), são dois pra trás, rumo ao passado sombrio desse Estado. Ele não é um boi de piranha, como seus semelhantes (e essa é a diferença conceitual para os iguais) tentam definir. É alguém identificado pela missão especial federal como o braço armado do crime. Dezenas de assassinatos são atribuídos a ele. Isso há muito tempo.

José Carlos Gratz, o braço político do crime, segundo a missão especial, também não é vítima de nada, como fazem soar o mantra de seus semelhantes e, não por acaso, amigos de Ferreira. Anda livre, leve e solto por aí, embora tenha sido condenado em um de seus muitos processos a 15 anos de reclusão em regime fechado. 'Conheceu virou amigo' também tem outros amigos, gente bacana, como diria o também amigo deles, um colunista que foi alvo da missão especial federal, numa operação que investigou esquemas de agiotagem, fraudes envolvendo cartórios, em agosto de 2002.

E quem há de lembrar de Carlos Guilherme Lima, o braço econômico dessa grande quadrilha institucionalizada. Deu cano em pessoas que investiram na corretora Lima & Lima, foi guindado (mesmo sob suspeita) à presidência do Banestes, bancado pelo então governador da época, lá no início dos anos 80, deixando a instituição em petição de miséria. E como quem nasce aos seus não degenera, seu filho atropelou e mutilou o iatista Lars Grael, um escândalo nacional. Nada aconteceu com pai e filho (e nem com o Espírito Santo), embora a justiça tenha determinado pagamento de indenização a Grael.

O crime organizado no Espírito Santo parece aqueles letreiros de bar que, quando os donos querem atestar a qualidade apelam para a antiguidade do estabelecimento e colocam a célebre dica: existe 'desde 1890' (por exemplo). E ainda que alguns queiram enganar os clientes com aquelas placas "sob nova direção", a gente sabe que a cozinha continua a mesma. E taí o Ferreira, o Gratz (e mais recentemente) os 17 desembargadores do TJ sob suspeita que não nos deixam mentir.

Se é para abrir o baú, quem não se lembra que o agora deputado estadual Élcio Álvares foi apontado pelo delegado Francisco Badenes (que teve que ser incluído no Programa de Proteção a Testemunhas pelas ameaças de morte sofridas no ES) como "o chefe do crime organizado". E não vale mais dizer que o Badenes é um maluco, alucinado. A Missão Especial Federal comprovou que ele não estava delirando. O tempo passou, desde 1980, quando Badenes fez aquela revelação. Álvares virou ministro da Defesa de Fernando Henrique e acabou saindo após um escândalo, com acusações na imprensa nacional de ter traficantes entre seus clientes do escritório de advocacia e de sua assessora Solange Resende (desde aquela época até os dias atuais) ser alvo da CPI do Narcotráfico (ler reportagem 'Buraco na Defesa', Revista Istoé, 13 de outubro de 1999). Mas o tempo apaga a memória e reabilita reputações. E não é que Élcio Alvarez é eleito deputado estadual e vira líder do governo Paulo Hartung. E mais: caminha para ser o novo presidente da Assembléia Legislativa.

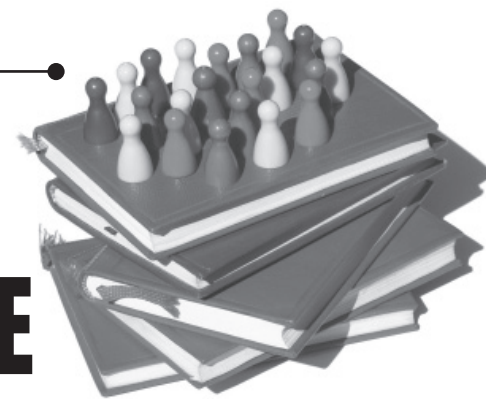
E o que dizer então dessa história do Tribunal de Justiça? Justo o Desembargador Frederico Pimentel que muitos de seus pares não queriam na presidência (e só foi porque não teve jeito de driblar o rito processual) foi ser preso, um dia antes de ganhar um prêmio de combate à corrupção e de soltarem o coronel Ferreira.

Se Ewerton Montenegro estivesse vivo talvez constatasse com imensa tristeza o que já previa: que muito pouco mudou no Espírito Santo e não se alterará até que a Polícia Federal e o Ministério Público Federal mergulhem fundo nesse emaranhado criminoso que tomou conta das instituições capixabas. ★

Foto: Album de família

Ewerton, pioneiro do combate ao crime organizado

***Iriny Lopes** é deputada federal (PT-ES)

Jornada Nacional de Formação Política da AE

*Licio Lobo**

Conforme divulgado na edição anterior do Página 13, de janeiro a maio deste ano a Articulação de Esquerda impulsionará a construção de uma Jornada Nacional de Formação Política com o objetivo de aprofundar o debate teórico e político na corrente nesta conjuntura especial que se abre em 2009

A crise mundial do capitalismo e o recrudescimento das ações bélicas do imperialismo americano e das potências regionais a ele associadas recoloca a alternativa socialista num patamar superior na arena da luta de classes internacional, alguns degraus acima da defensiva ideológica e política a que a crise do "socialismo real" e a onda avassaladora do neoliberalismo a constrangeram durante um largo período.

Por outro lado, no Brasil se aceleram os movimentos preparatórios à disputa presidencial de 2010, com destaque para o debate interno no PT, com a realização do PED em novembro de 2009 e do IV Congresso do PT no inicio de 2010.

Para uma corrente como a Articulação de Esquerda, que sempre pautou a sua intervenção pela defesa intransigente de um PT socialista, o momento é de afiar o gume das "armas da crítica" e se preparar para intervir de forma qualificada no debate do PT.

Não por acaso, a jornada ocorrerá no transcurso dos debates preparatórios da XI Conferência Nacional da AE, que será realizada em maio deste ano, sendo sua organização compartilhada pela Escola de Quadros da AE e pelos Coletivos Estaduais de Formação Política da AE que devem ser formalizados em cada estado.

O público alvo da jornada é constituído por toda a militância orgânica da AE, assinantes do Página 13, podendo ser abertos para a militância petista que têm identidade política com as nossas posições.

O Curso Básico da jornada é programado para 4 períodos de 4 horas, organizados conforme as peculiaridades e necessidades locais (um final de semana completo, dois sábados ou domingos subsequentes, quatro noites durante a semana, etc...), com um roteiro que segue o temário demonstrado no box ao lado.

Ao lado dos cursos básicos, os coletivos estaduais de formação política podem e devem programar em conjunto com a Escola de Quadros da AE, cursos e palestras especiais com temas específicos afins ao debate em curso.

O ano de 2009 promete, vamos à luta! ★

***Licio Lobo** é membro da DNAE

Roteiro do Curso da Jornada Nacional de Formação da AE - Janeiro a Maio 2009

1º PERÍODO: "SOCIALISMO"

Texto base: Capitulo 1 do livro com as "Resoluções da X Conferência Nacional da AE".

a) 09:00 h – Apresentação dos objetivos do curso/Apresentação da turma
b) 09:30 h – Exposição oral sobre o conteúdo do capítulo
c) 10:30 h – Intervalo para lanche
d) 10:45 h – Trabalho em grupo – leitura coletiva e debate em grupo da parte introdutória do capítulo, páginas 22 a 25.
e) 11:45 h – Exposição dos grupos
f) 12:05 h – Debate em plenário, dúvidas, levantamento de questões
g) 12:30 h – Respostas do expositor
h) 13:00 h – Almoço

2º PERÍODO: "ESTRATÉGIA" E "PROGRAMA"

Texto base: Capítulos 2 e 4 do livro com as "Resoluções da X Conferência Nacional da AE".

a) 14:30 h – Exposição oral sobre o conteúdo dos capítulos.
b) 15:30 h – Trabalho em grupo:
Grupo A – Capítulo 2 (Estratégia) e páginas 74 a 78 do Capitulo 3 (Elementos estratégicos)
Grupo B – Capítulo 4 (Programa)
c) 16:30 h – Exposição dos grupos
d) 16:50 h – Intervalo para café
e) 17:05 h – Debate em plenário, dúvidas, levantamento de questões
f) 17:30 h – Respostas do expositor
g) 18:00 h – Encerramento

3º PERÍODO: "BLOCO HISTÓRICO" E "PARTIDO"

Texto base: Capítulos 5 e 7 do livro com as "Resoluções da X Conferência Nacional da AE".

a) 09:00 h - Exposição oral com ênfase no capítulo 5 ("Bloco Histórico") e trechos do capitulo 7 ("Partido", páginas 181 a 186 – "Rearranjando a Esquerda" e "Petismo e Lulismo").
b) 10:00 h – Trabalho em grupo, a partir da leitura do trecho inicial do capitulo 5 ("Bloco Histórico", páginas 114 a 120), identificar as classes e frações de classe atuantes na região e seus principais interesses e disputas com as demais classes sociais. Adotar esquema de classes e frações conforme "anexo I", ao final deste roteiro.
11:30 h – Intervalo para café
11:45 h - Exposição dos grupos
12:00 h – Abertura para o plenário, levantamento de dúvidas e questões
12:30 h – Respostas do expositor
13:00 h - Almoço

4º PERÍODO – "GOVERNO LULA"

Texto base: Capítulo 3 do livro com as "Resoluções da X Conferência Nacional da AE".

14:30 h – Exposição oral sobre o conteúdo do capitulo 3
15:30 h – Trabalho em grupo, leitura e debate do capitulo 3
16:30 h – Intervalo para café
16:45 h – Exposição dos grupos
17:10 h – Respostas do expositor
17:30 h – Avaliação geral do curso
18:00 h - Encerramento

A imaginação no poder!

*Pedro Vasconcellos**

Todo o diálogo, a disposição política e as idéias até de vanguarda, dos dirigentes e movimentos culturais, ficarão apenas na nossa memória, se não formos capazes de aproveitar o momento histórico e nossa força política

Ilustração: Atila Naddeo · Brasília (DF)

O PT é um partido que tem vinculação histórica e orgânica com a área da Cultura, seja pela transformação da cultura política que o PT representou no Brasil, seja pelo grande número de artistas e intelectuais que sempre tiveram vinculação com o PT desde sua fundação. Nossa história se confunde com a história do Brasil nestes últimos 29 anos onde estivemos presentes nas principais lutas do povo brasileiro e na vanguarda de importantes transformações culturais e sociais que nosso país viveu em sua história recente.

O PT realizou entre os dias 9 e 11 de dezembro de 2008, um importante Seminário para debater a questão cultural no Brasil e a nova conjuntura que se desenhou a partir da experiência do Ministério da Cultura no Governo Lula, que inaugura novo período para área cultural e para os trabalhadores da cultura. O seminário foi organizado pela Secretaria Nacional de Cultura do PT e tinha dois objetivos centrais: construir uma rede de gestores petistas da cultura e organizar a mobilização para a aprovação do Plano Nacional de Cultura.

O Ministério

A posição hegemônica na política do MinC tem sido a de fortalecer o papel do estado, democratizar o acesso aos recursos públicos, ampliação dos investimentos públicos em cultura, promoção e proteção da diversidade cultural, diálogo permanente com a sociedade civil e interface da área da cultura com outras áreas da gestão pública. Sem dúvida isso é fruto de muitos anos de luta dos movimentos culturais, artistas, intelectuais e trabalhadores, mas que encontraram apoio e respaldo da direção do Ministério.

Financiamento da Cultura

Uma importante batalha é pela reformulação da Lei Rouanet, e uma política de financiamento da cultura que não dependa somente das leis de incentivo, que sabemos são uma forma de privatização dos investimentos, pois renúncia fiscal é feita com dinheiro público e definida pelos interesses privados, o velho ditado: quem paga a conta escolhe o cardápio. O MinC tem ampliado significativamente os investimentos e adotado a política dos Editais Públicos de Seleção de Projetos, o que democratiza o acesso aos recursos e garante transparência e critérios na hora de definir o destino das verbas. Mas é necessário ir muito além. Hoje a Lei Rouanet representa 80% do investimento do Governo Federal e 20% é investimento direto feito através dos prêmios e editais, é urgente inverter a prioridade do investimento, ampliando os recursos do orçamento da união e discutir no médio prazo alternativas para o fim da política de financiamento via incentivos fiscais.

Sistema Nacional de Cultura

Além do financiamento, outro tema estratégico no sentido de fortalecer o papel do estado é a institucionalização das políticas públicas e das estruturas responsáveis pela gestão cultural nas três esferas da federação. No ano de 2005 houve uma proposição do MinC, que foi aprovada na 1º Conferência Nacional de Cultura que criou o Sistema Nacional de Cultura - SNC, que é uma espécie de Pacto Federativo da Cultura. Distribuindo responsabilidades, formalizando deveres do estado com a cultura e estimulando todos os municípios e estados do país a terem suas próprias Secretarias Municipais de Cultura; a terem seus Fundos Municipais de Cultura; a criação de Conselhos Municipais de Cultura; e realizando Conferências Municipais periódicas para garantir um amplo controle e participação social na definição das políticas culturais. Na prática pouco se avançou neste sentido até agora no sentido da real instituição do SNC. E pouco adianta as avançadas políticas do MinC, se não houver uma garantia de que isso se torne política de Estado e seja garantida em forma de Lei, obrigando todos os entes da Federação a se comprometerem para um efetivo salto de qualidade, da precária estrutura e dos parcos recursos com que a Cultura conta hoje no Brasil.

Todo o diálogo, a disposição política e as idéias até de vanguarda, dos dirigentes e movimentos culturais, ficarão apenas na nossa memória, se não formos capazes de aproveitar o momento histórico e nossa força política e institucionalizar na estrutura do estado brasileiro políticas permanentes e marcos legais para o pleno desenvolvimento e manutenção das nossas expressões e manifestações culturais; da nossa vasta produção de conhecimento artístico, acadêmico e popular; o necessário resgate e a resignificação da nossa história e a proteção e promoção da nossa imensa diversidade cultural.

A força cultural que o PT já representou no passado, pouco a pouco vem sendo reconstruída por milhares de trabalhadores da cultura, militantes anônimos, artistas e pensadores que sonham e lutam por um Brasil socialista, onde a cultura tenha papel estratégico no desenvolvimento do país, onde apesar da dureza e da violência de nossos tempos, a Imaginação possa estar no poder. ★

***Pedro Vasconcellos** integra a Coordenação da Rede de Gestores de Cultura do PT